

Babel de fingimentos, realidades multi-reais

Profa. Pós-Dra. Martha Alkimin¹ (UFRJ)

Resumo:

Se a cena contemporânea se caracteriza por uma condição pós-babélica que se impõe privilegiadamente a escritores e artistas, o que dizer da babel de fingimentos acionada pelos sistemas midiático-digitaís e sua capacidade de promover alterações radicais nas formas como percebemos e conhecemos a realidade? Em meio a algaravia e aos cruzamentos sinestésicos patrocinados pelas novas tecnologias da comunicação, aqui, ali, naquele/ nesse nosso mundo (real, hiperreal, irreal, babélico) onde os castelos da tecnologia fazem a experiência humana girar como um rodadoiro para, em seguida, flunar nas infovias digitais, ali/aqui somos confrontados e interpelados pelas temáticas do fingimento, da mentira e da verdade, do ilusório e da certeza, da ficção e da realidade, questões que falam não apenas aos estudos de literatura, mas também à teoria da cultura e à epistemologia. Nessa perspectiva, este trabalho se propõe a indagar sobre como a babel de fingimentos dos sistemas midiáticos permite questionar as noções de verdade e realidade, fato e ficção. O que, em outros termos, significa perguntar sobre como encenamos a nossa própria vocação para as ficções, para a fabulação de realidades multi-reais, em nome das quais escrevemos mundos possíveis, mundos em devir.

Palavras-chave: ficção, mídia e cultura

Existe o medo de que a verdade possa não ser (e nunca tenha sido) acessível. Como um ideal reverenciado, a verdade está fortemente presente. Mas além disso, as pessoas querem perceber o mundo e seus fenômenos *como eles são* - isto é, sem distorções de perspectiva (...). Elas ainda acreditam que a posse da verdade será um fator de aprimoramento da existência humana. Mas quanto mais forte são este desejo e esta esperança, menos realistas eles parecem (...).

Hans Ulrich Gumbrecht. *Em 1926*. Vivendo no limite do tempo. p.333.

I.

Em seu livro *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*, o historiador Carlo Ginsburg adverte para o fato de que *palavras como “verdade” ou “realidade” tornaram-se impronunciáveis para alguns, a não ser que sejam enquadradas por aspas ou representadas por algum gesto* (2007, p.17). Não é preciso muito esforço para perceber que nos labirintos da contemporaneidade as noções de realidade e ficção, verdadeiro e falso perderam toda estabilidade e nitidez. Hoje tais noções, revestidas de complexidade, sobretudo a partir da co-presença das novas tecnologias midiáticas, ricocheteiam no centro da vida cotidiana e oferecem ao pensamento teórico sua riqueza feita agora, e para sempre, de intransparências e incertezas.

Indagar, portanto, pela realidade ou pela verdade implica necessariamente abandoná-las como critério último do saber e perguntar pelos processos através dos quais o conhecimento do mundo, bem como sua comunicação, se realizam. Despossuídos do desejo de verdade, os fios que entrelaçam e indiferenciam o verdadeiro do falso, a ficção da realidade insinuam, a primeira vista, uma tapeçaria babélica; entretanto, a cada incerteza tingida, mais nos aproximamos de nossa disposição antropológica para o fingimento.

II.

"A força do falso". Este é o título de um dos ensaios de Umberto Eco (2003) que discute o quanto nossas verdades basearam-se em declarações e crenças que, no transcurso do tempo, revela-

ram a falibilidade do conhecimento e o caráter de conto presente naquilo a que atribuímos um estatuto de verdade. Na opinião de Eco, em muitas circunstâncias, a verdade tardou a impor-se, e nesse sentido, a força do falso, sob a sua forma de erro, foi o motor de inúmeros eventos históricos.

Diante disso, uma das indagações encaminhadas pelo teórico diz respeito a uma questão de ordem cognitiva, isto é, a decisão sobre o que é falso - seja um objeto empírico, seja conjectural - pressupõe a existência de um verdadeiro. Torna-se, então, igualmente problemático o modo como substituímos certos contos por outros contos, na consideração de que depositamos nossa confiança em assertivas, hoje persuasivas e críveis, mas que amanhã não necessariamente manterão esse predicado.

Esse é o caso clássico da longa vigência da hipótese de Ptolomeu, e na tensão do falso e do verdadeiro, Eco também descreve outros episódios em que o falso não apenas mudou a história, mas também foi preservado pela ingenuidade de muitos historiadores que não souberam interpretar o conjunto de informações de que dispunham sobre o passado. Trata-se, por exemplo, da difusão da crença de que a Idade Média considerava a Terra um disco achatado. Embora cartograficamente ingênuos, a leitura dos mapas medievais depende de outros indicativos que ultrapassam o traço de suas linhas. A forma achatada dos mapas até hoje se mantém; no entanto, isso não significa que ainda julguemos que a Terra seja plana. Além disso, no caso particular dos medievais, os viajantes eram imaginários, e suas descrições não pretendiam representar a forma da Terra porque, para os miniaturistas daquele período, as representações simbólicas eram mais relevantes do que as empíricas. Os desenhos dos mapas, portanto, tentavam satisfazer o gosto e a demanda pelo exótico e pelo maravilhoso de países e terras inacessíveis, tanto quanto atualmente o fazem atualmente certas publicações que falam de objetos voadores não identificados.

No mesmo ensaio, há o registro de uma carta, datada do século XII, conhecida como a "Doação de Constantino", em que se narrava a existência de uma região longínqua, além das fronteiras muçulmanas, sob o governo de Preste João, cuja soberania se estendia "sobre três índias da Índia Maior (...), em direção aos confins do Oriente, voltava depois para o Ocidente até a Babilônia deserta, junto à Torre de Babel" (ECO, 2003, p.260-261). Nesse lugar mirífico, feito de granadas, esmeraldas e topázios e isento de qualquer espécie de vício, homens e mulheres conviviam em harmonia, em meio a uma fauna e flora incomuns, com sagitários, sátiros e faunos, pigmeus e o pássaro fênix. Todos, ao chegarem à idade de cem anos, rejuvenesciam, ao tomarem a água de uma fonte, cuja origem era a raiz de uma árvore local.

A crença na autenticidade de tal documento, mais do que gerar traduções e paráfrases do século XII ao XVII, decidiu e legitimou a ação expansionista cristã em direção ao Oriente e fundou versões históricas de que Henrique IV, assim como o papa Eugênio IV, tentaram contatos com Preste João e, de que inclusive Carlos V, quando de sua coroação, cogitava do apoio do tal governador para a reconquista do Santo Sepulcro.

Que relação se pode estabelecer a partir dessas duas ilustrações iniciais e a temática proposta neste trabalho? A de que na construção do conhecimento, talvez a força não seja do falso, nem da verdadeiro, mas das ficções, do fingimento. A sustentação da dicotomia falso/verdadeiro não encontra mais abrigo na atualidade, sobretudo na ordem dos sistemas midiáticos e das tecnologias do virtual, por sua capacidade de criar indiscernibilidades, seja pela invenção de fatos através de ficções ou vice-versa engendrados pelas mídias, seja pelas simulações de mundos inteiros, por meio dos recursos digitais, compondo uma perturbadora babel de fingimentos; labirínticas realidades multi-reais.

Os episódios canônicos em que se registram os contos, aceitos outrora como verdades, não revelam a astúcia da racionalidade sobre as armadilhas do falso, mas informam a dependência recíproca entre falso e verdadeiro, realidade e ficção, que se interpelam um ao outro, para se fundirem e trocarem de lugar, através da ação modeladora e ficcional do conhecimento. Verdade e realidade,

falso e ficção convertem-se, assim, numa possibilidade aberta, até mesmo para cumprirem o destino de serem, um dia, apenas um conto.

Se admitirmos como plausível a tese de que os sistemas midiáticos na atualidade decidem o conteúdo semântico das sociedades, conforme advoga o teórico da literatura Sigfried Schmidt (1994), por sua capacidade produzirem modelos de realidade que são sentidos, percebidos e vividos como válidos, ou como realidade, então igualmente se pode afirmar que é preciso dialogarmos com a produção dessas novas realidades que parecem se fractalizar, assumindo uma perspectiva crítica e não como se tal fenômeno ativasse a figura de um novo vilão contemporâneo. Em outros termos, longe da assunção de uma perspectiva fundamentalista, regressiva e ingênua, cumpre estabelecermos formas produtivas de diálogo com essa nova condição cultural. Isso talvez implique perguntarmos pelas formas através das quais elaboramos (e a mídia é decisiva nesse sentido) modelos de realidade.

Ainda segundo S. Schmidt, esses modelos de realidade constituem um complexo de saberes coletivamente compartilhados, os quais orientam tanto nossas ações cognitivas individuais quanto as comunicativas. Tais saberes fundam-se a partir de dicotomias consideradas fundamentais (falso/verdadeiro; belo/feio, etc) que acabam por servir de referência para as ações sociais coletivas, a partir de uma programação semântica que seja inequívoca aos integrantes de determinada comunidade. Dando continuidade a seus argumentos, Schmidt afirma que as mídias constituem formas importantes para a assunção de nossas dicotomias, por ser responsável pela distribuição e também pela produção dos conteúdos semânticos ativados nessas dicotomias. Nesse sentido, a noção de mídia passa a compreender todos os processos comunicativos em uma sociedade onde emergem espaços de produção de experiências cognitivas e afetivas.

Portanto, estamos diante de um fenômeno que evidencia que os valores atribuídos às noções de verdade/realidade, fato/ficção, ou qualquer outra dicotomia, assume um caráter modelável, variável, com adequações e valores diferentes entre as sociedades. Trata-se de procedimentos ficcionais, ou seja, de constructos, de modelagens sentidas, vividas e admitidas como válidas num determinado espectro socio-cultural.

Dessa forma, a mídia é igualmente responsável pela proliferação de ficções. Ou, em outras palavras, as mídias articulam programas que institucionalizam valores de verdade, fazendo desaparecer a noção de que o que aceitamos como verdadeiro, falso, ficção, realidade não passa de uma elaboração cultural. A questão é que os discursos sociais escamoteiam a sua própria ficcionalidade, não se desnudam como fingimento, como possibilidade de uma dentre tantas possibilidades de significação para as experiências humanas.

Se nos ativermos à babel de fingimentos que a cena contemporânea nos apresenta sobretudo com o advento das tecnologias virtuais, caberia indagar se ainda haveria algum limite entre o virtual, real, o irreal, o hiperreal, o fingimento e a verdade. Talvez estejamos diante não de dicotomias que remetem a premissas e postulados ontológicos, mas de formas de experiência da realidade onde não se excluem as múltiplas possibilidades (empíricas e conjecturais) do fingimento como uma atividade de criar, configurar, elaborar, idear realidades multi-reais.

A feição modeladora das ficções, em certa medida, assemelha-se às descrições da geometria fractal¹. Suas formas intermináveis e abertas, dispostas em irregularidades e fragmentações presen-

¹ As formas da geometria clássica são as linhas e os planos, os círculos e as esferas, os triângulos e os cones., ao passo que a matemática fractal, vislumbrada por Benoit Mandelbrot na década de 60 do século XX, a partir de informações que foram, segundo ele, despejadas nas latas de lixo da ciência, espelha um universo irregular, feito de reentrâncias, emaranhados e depressões, e o que ela descreve é muito mais do que uma deformação das figuras euclidianas. Conforme James Gleick (1989, p. 89- 101), a geometria de Euclides, "que durou dois milênios e é a única até hoje conhecida pela maioria das pessoas, representou uma poderosa abstração da realidade e inspirou uma vigorosa filosofia da harmonia", mas os fractais, - do adjetivo latino

tes na topografia dos litorais, nas redes fluviais, nas curvas de um floco de neve, numa nuvem de areia, nas encostas de um morro, nos relâmpagos, ou nas poeiras das galáxias, constelam o movimento não domesticado e selvagem da natureza, em seu processo dinâmico de combinações específicas de ordem e desordem. Um tipo de arquitetura que para um olhar euclidiano é extremamente complicada, mas que para a imaginação de um geômetra, acostumado à atração estética do interminável catálogo de imagens das dimensões fractais, vê-los corresponde a ver o infinito.

De igual maneira, ver o infinito pelas lentes ficcionais do conhecimento e, a partir dele, focar as redes multireais que nos interpelam nas distintas dimensões da práxis humana constitui um tipo de saber privilegiado tanto quanto o fazem as ficções dos textos literários, ao minimizarem o racional e suas verdades lógicas como forma única de conhecimento do mundo.

No transcurso do século XX, outros teóricos que refletiram sobre realidade também compreenderam a dimensão estética de nossos fundamentos e, em sugeriram, direta ou indiretamente, às ciências a necessidade de uma consciência em relação ao caráter estético do verdade e do conhecimento. Entre esses pensadores, poderíamos destacar Gaston Bachelard (1996), uma vez que suas reflexões epistemológicas baseiam-se na ruptura de uma visão de ciência que tradicionalmente vinculava conhecimento e experiência, pressupunha a existência de uma única realidade cuja tradução seria traduzida cientificamente pela sintaxe do racionalismo. O conhecimento, assim, equivaleria a uma extensão elaborada da experiência imediata.

O que importa em Bachelard, para a discussão desta discussão, é a sua concepção de ciência como um constructo processual e inacabado e, nesse aspecto, o pensamento se reveste, para ele, de uma exigência inquieta pela busca do inaudito, da invenção e da imaginação criadora. Por esse viés é possível perceber em Bachelard uma inspiração estética, no plano de uma compreensão da ciência desvinculada de um pensamento exato, porque os objetos não são fatos, mas probabilidades, e os princípios e leis científicas são contingenciais, uma vez que atrelados ao momento histórico de sua construção.

Mais do que isso, em sua dialética do conhecimento, Bachelard, ao propor a rejeição das certezas, o sujeito cognoscente se vê impelido a inventar e a gerar, assim, novas formas de pensar, ou em outras palavras, novas possibilidades de talhar, pela razão e pela técnica, um mundo outro. Então, a questão do conhecimento aqui é também atividade modeladora, plástica, ainda que o filósofo esteja preso à noção de que a organização racional da experiência é que edifica um real anteriormente existente, porque o real imediato não designa o real propriamente dito.

Alinhados na mesma propositura de relativização dos elementos constitutivos da atividade científica, ainda encontramos os físicos e teóricos da ciência Karl Popper e Paul Feyerabend. O primeiro, entendendo que o problema central da filosofia da ciência reduzia-se a uma questão de demarcação, ou seja, a uma tentativa de estabelecer um critério que permitisse delimitar o científico do não científico, sem que isso significasse negligenciar outras formas de conhecimento, tematizou uma nova dimensão do ideal metódico da ciência.

A intenção de Popper não era dá seguimento à linhagem positivista de criar para a ciência uma espécie de blindagem protetora e demarcadora de sua supremacia. O debate epistemológico em que se inscreveu comprometia-se apenas em delimitar a área do discurso científico. Por isso, suas questões se atinham ao que determinava a condição de cientificidade de uma teoria; o que para ele estava comprometido com a capacidade de uma hipótese ser falsificável. Isso não significa que a preocupação de Popper fosse a de atestar a aceitabilidade ou a verdade de uma teoria, mas distinguir a ciência da pseudo-ciência, baseado não no seu método empírico, que é essencialmente indutivo, partindo da observação e da experimentação.

fractus, derivado do verbo *frangere*, quebrar, fraturar - tornou-se um modelo único e amplo que permite enfrentar a mutabilidade das dimensões".

Popper sustenta que o critério de verificação deve ser rejeitado e substituído, porque sendo sua base indutiva, nada confere autoridade para que se realize um salto de raciocínio que parta de um juízo particular para um juízo universal. A concepção tradicional que sempre identificou a ciência como uma atividade indutiva, que a partir de suas experiências concebe leis sobre os fenômenos procedendo à sua generalização e verificação, além de ter sido consagrada como paradigma no âmbito das ciências naturais, foi exportada para a totalidade de saberes e disciplinas. Rejeitada a tese de que as proposições científicas podem ser verificadas, Popper reformulou a lógica da ciência, assumindo a lógica dedutiva como aquela capaz de avaliar as proposições científicas. Criou, portanto, um novo critério de demarcação, anunciando o princípio da falibilidade, ou seja, o que determina a cientificidade de uma teoria é o fato de esta ser teoricamente falsificável. A irrefutabilidade perde, pois, a condição de traço distintivo da ciência e, a partir disso, passa a não ser mais possível a afirmação de que uma teoria é licitamente verdadeira, mas no máximo, que ela é a melhor em relação às que outrora existiram. Uma boa teoria é aquela que formula afirmações de extensão abrangente acerca do mundo e que, ao ser testada, resiste à falsificação.

Na formulação de seus postulados epistemológicos, Popper (s/d, p. 57/58), concedendo à refutação uma qualidade, assinala que “as teorias científicas são de tudo o que mais violentamente está exposto à crítica”, porque a ciência é “o método de conjecturas audazes e engenhosas, seguidas de tentativas rigorosas de falseá-las. E em que pese sua concepção ainda estar presa a um critério de verdade, não transcendendo uma visão da teoria clássica de ciência, o fato é que o seu critério de falsibilidade fez-nos admitir a categoria da provisoriedade das teorias. Esse aspecto faz vir à tona a mobilidade do conhecimento, a sua elasticidade como categoria e sobretudo o seu diálogo constante com uma a outra, construindo uma dependência recíproca e, por sua vez, a permuta constante de seus lugares, na perspectiva da artesanaria ficcional do conhecimento e da verdade.

Já Paul Feyerabend (1989, p.456), levando à exaustão a concepção de ciência - cuja função para ele não é mais a de “buscar a verdade, louvar a Deus, sistematizar observações ou aperfeiçoar previsões”, critica veementemente o fato de ela permanecer excluída de qualquer forma de relativização do pensamento, sobretudo se se considerarem as lacunas das explicações científicas e a precariedade de suas teorias. Sua primeira tese-chave é o “princípio da proliferação”, segundo o qual deve haver o estímulo à invenção e à elaboração de teorias incompatíveis com o que é consensualmente aceito, pois que tudo que é dado previamente é feito para ser (e deve ser) desrespeitado, sejam exigências, sejam quaisquer espécies de programa.

Conforme ele mesmo salienta, a única regra que sobrevive é o “tudo vale”, o que constitui o chamado anarquismo metodológico, ou seja, a aceitação da pluralidade de métodos deve ser o método das ciências. Uma forma de crítica violenta ao conservadorismo e ao dogmatismo do pensamento científico, ao que se segue a equiparação da ciência a uma crença mítica, particularmente às mitologias africanas tradicionais, porque estas, a exemplo das ciências “procuram uma unidade oculta sob a aparente complexidade” (FEYERABEND, 1989, p.334).

Na visão do físico, a ciência é nosso “pequeno conto de fadas” que, somado à tradição da “manipulação cosmologicamente neutra de seus dados - “outro convenientíssimo conto de fadas” - supõe-se como uma prática dotada de independência em relação à cultura, à ideologia, ao encerrar um conhecimento positivo. Além disso, o teórico advogou, na esteira desse processo, a separação entre o estado e a ciência, uma vez que, na condição de meros “escravos voluntários”, os cientistas teriam de ser impedidos de impor sua ideologia à sociedade, a qual deveria conquistar a liberdade de substituir a educação científica “pela magia, pela astrologia ou pelo o estudo das lendas”.

Aparentemente essa atitude de Feyerabend pode se assemelhar a um turbilhão de manifestações revoltosas e de uma inconsistente crítica à ciência. Todavia - analisa o teórico da filosofia da ciência Gilles-Gaston Granger (1994, p.42) - Feyerabend fez contribuições “sérias e eruditas à história e à epistemologia e à física contemporânea”, além de ter realizado de forma extremamente provocadora e inquieta a formulação da estrutura ficcional do conhecimento porque em sua pers-

pectiva a verdade está na dependência de um estilo, ou seja, a verdade é aquilo que o estilo de pensamento diz que a verdade é.

Assim, ela não procede de outra maneira do que a arte. O que também realça em Feyerabend a condição da verdade e do conhecimento como categorias estéticas é a equivalência destas aos mitos e a admissão de um pluralismo metodológico, que pressupõe a verdade e o conhecimento como possibilidade aberta, passíveis, pois, da emergência de uma multiplicidade construções e discursos.

Nunca fomos tão radicalmente interpelados sobre a validade de uma dicotomia, ainda considerada fundamental, como ficção/realidade; em paralelo, as latitudes do conhecimento, os pressupostos e fundamentos das teorias, a construção das categorias de análise ou, ainda, a destinação sócio-política do fazer científico e a necessidade de sua auto-reflexividade demandam uma plataforma de novas articulações entre os diversos sistemas sociais de conhecimento.

Se as redes multireais constituem uma das características da contemporaneidade, serão as redes de cooperação interdisciplinar aquelas capazes, não de oferecer respostas, mas de recolocar as perguntas, longe das perspectivas substancialistas e ontológicas da realidade, para empreender uma compreensão multifacetada do fenômeno humano e sua relação com os mundos que fabula, seja na ciência, seja na literatura.

Portanto, o que aqui se pretende é reafirmar alguns posicionamentos que começam pela convicção de que as tecnologias, particularmente, as do virtual, não representam uma espécie de suporte epistemológico da simplificação e do reducionismo do mundo, a carrear a responsabilidade pela morte do pensamento e de todas as funções humanas, conforme advoga Jean Baudrillard (2001, 2002), e a reivindicarem a sujeição dos indivíduos ao poder virótico da "tela total" que nos remete à inumanidade e à aniquilação na ordem dos simulacros.

À perspectiva do filósofo de que atingimos a impossibilidade de reversão desse quadro, pela incapacidade de apreendemos o mundo numa dimensão humana, poder-se -ia contrapor a capacidade inerente ao homem de ficcionar, de estetizar como uma maneira de contornar essa sentença de morte. A "fractalização do mundo", tomando ao empréstimo mais uma vez a expressão de Baudrillard (2001, p. 31) não deveria ser considerada como uma descrição de sua decomposição, abrindo passagem à escalada das lógicas do capital que disputam unha a unha, com o auxílio da estetização superficial, apenas o potencial de consumo e o desejo compulsivo de gozo presentes em cada reentrância dessa decomposição.

Esse equivalente geral comum determinado pelo valor de mercado encontra no próprio pensamento do filósofo o seu contra-argumento, ou seja, o jogo da vida e do mundo e a sua dinâmica contingencial, somados à condição sempre singular e ficcionalizadora dos sujeitos que inventam diferentes jogadas, linhas de passe e novas regras contra as que lhe foram impostas. No arco da imprevisibilidade do próximo lance, eles seguem a contrapelo dos fundamentos da produção e do mercado.

Baudrillard (2001) lembra-nos de que ao lado do valores do mercado, existem os valores morais e estéticos, uma espécie de proteção contra a dissolução do mundo, que regulamentam as oposições entre o bem e o mal, o belo e o feio. Entretanto, Wolfgang Iser (1996) sublinhou que, na atualidade, os valores morais tornaram-se rarefeitos, e que a hiperestetização, um anestésico da sensibilidade, passou a compensar essa escassez; em paralelo o estético não mais se associa aos limites do belo e do feio, porque o acento que lhe define é o de uma ação modeladora que cria multi-realidades.

Se as redes multi-reais constituem uma das características da contemporaneidade, serão as redes de cooperação interdisciplinar aquelas capazes, não de oferecer respostas, mas de recolocar as perguntas, longe das perspectivas substancialistas e ontológicas da realidade, para empreender uma compreensão multifacetada do fenômeno humano e sua relação com os mundos que fabula.

Criando categorias de análise por meio do exercício da ficcionalização, erguendo, pela simulação digital, realidades, ou ativando a relação especial constituída entre o fictício e o imaginário no ato da leitura de textos ficcionais literários, está-se frente a frente com a necessidade humana de fingimento; uma condição que, embora insistentemente contraposta à verdade, é uma apenas uma, mais uma, dentre tantas de nossas verdades.

Referências bibliográficas:

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAUDRILLARD, Jean. *A troca impossível*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____. *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- ECO, Umberto. A força do falso. In: _____. *Sobre a literatura*. 2ed, Rio de Janeiro: Record, 2003, p.251-276.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- GINSBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GLEICK, James. *Caos: a criação de uma nova ciência*. 14ed, Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.
- SCHMIDT, Sigfried. Construtivismo na pesquisa da mídia: conceitos, críticas, consequências. *Palavra*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, n.2.p.111-137, 1994.
- _____. Towards a constructivist theory of media genre. In: *Poetics: journal for empirical research on literature, the media and the arts*. Amsterdam: North Holland, v.16, 1987.
- STIERLE, Karlheinz. *A ficção*. Rio de Janeiro: Caetés, 2007.
- WELSCH, Wolfgang. Estetização e estetização profunda: ou a respeito da atualidade do estético. *Porto Arte*, Porto Alegre, UFRGS, n9,p.7-22,1995.

Autora

¹ **Martha ALKIMIN, Profa. Pós- Dra.**
Universidade Federal do Rio de Janeiro